

Resumo

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise crítica da educação ambiental na sua institucionalização histórica e nas suas implicações teóricas e sociais. Essa análise inicia-se com o resgate histórico dos principais eventos internacionais que deram origem à educação ambiental, desde a década de 1970 aos dias atuais. Analisa-se também a legislação nacional pertinente à temática. A discussão sobre ecologia tem matizes diferenciados, não se restringindo, portanto, a uma única corrente de pensamento. Não obstante, as reflexões, em sua grande parte, são limitadas, porque alocam as determinações da destruição do meio ambiente na esfera do consumo e/ ou não criticam as condições de exploração capitalista, sem se comprometer com a efetiva preservação dos recursos naturais, com teses não radicais e não contundentes de defesa do meio ambiente. Discute-se a questão do desenvolvimento sustentável e nessa perspectiva de análise, a noção de desenvolvimento sustentável só pode ser concebida dentro de uma perspectiva crítica e a partir da totalidade social, histórica e contraditória, tomando como referência o processo de produção e reprodução social, hoje sob a hegemonia mundial das forças do capital que destroem as condições da vida no planeta, ao exaurir os recursos naturais, afetando-os de modo irreversível. Neste trabalho, objetiva-se também discutir a formação dos educadores ambientais, para a construção do presente e futuro sustentáveis, através de levantamento bibliográfico com considerações atuais. O princípio é investir na formação dos educadores ambientais como instrumentos de mobilização de novas práticas e comportamentos a partir de uma perspectiva crítica da educação ambiental. Os resultados evidenciam caminhos comumente percorridos, mas que nem sempre correspondem às expectativas para a construção de uma sociedade sustentável. A sensibilização e o pensamento crítico são o motor para possíveis mudanças.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Formação de Professores.

ETHICS AND CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION IN UNSUSTAINABLE SOCIETY

Abstract

This work aims to make a critical analysis of environmental education in its historical institutionalization and its theoretical and social implications. This analysis begins with the historic rescue of the major international events that gave rise to environmental education from the 1970s to today. also considers whether to relevant national legislation to the theme. The discussion of ecology has different shades, not

¹ Coordenador Pedagógico da EEM Elza Gomes Martins, em Pedra Branca-CE. Graduado em Licenciatura Plena em Filosofia (UECE-CE). Pós-graduado em Telemática na Educação (UFRPE-PE); Gestão Escolar (UDESC-SC); Ensino de História (FFB-CE); Gestão e Avaliação da Educação Pública (UFJF-MG); Tecnologias na Educação (PUC-RJ).

limited, so a single current of thought. Nevertheless, reflections, for the most part, are limited because they allocate the determinations of environmental destruction in the sphere of consumption and / or do not criticize the conditions of capitalist exploitation, without committing to the effective conservation of natural resources, with theses not radical and not forceful defense of the environment. Discuss the issue of sustainable development and our analysis perspective, the notion of sustainable development can only be conceived within a critical perspective and from the social, historical and contradictory entirety by reference to the process of social production and reproduction today under the global hegemony of the forces of capital that destroy the conditions of life on the planet, depleting natural resources, affecting them irreversibly. This objective job also discuss the formation of environmental educators to build the present and sustainable future through literature with current considerations. The principle is to invest in the training of environmental educators as mobilization tools of new practices and behaviors through critical environmental education. The results show commonly traveled paths, but that does not always meet the expectations for building a sustainable society. The awareness and critical thinking are the engine for possible changes.

Keywords: Environmental Education. Sustainable Development. Teacher Training.

1. Introdução

O presente artigo aborda a questão da educação ambiental e a necessidade de uma reflexão que contemple criticamente os conceitos pertinentes ao entendimento da temática e possa contribuir para a transformação das concepções e práticas educacionais. A degradação ambiental, com o decorrente comprometimento da qualidade de vida acarreta um problema de amplitude global que vem causando preocupações cada vez maiores e que envolve todos os setores da sociedade. Este é um fato historicamente novo já que, nas últimas décadas do século XX, o mundo tomou consciência de que a vida neste planeta depende do equilíbrio de seus ecossistemas. O ser humano da sociedade industrial moderna com sua prática, quase sempre, insensata impacta neste equilíbrio com riscos de danificá-lo.

A desenfreada degradação do ambiente provocada pelo crescimento econômico assumiu, explicitamente, dimensões globais, atingindo todo o planeta, sem respeitar fronteiras. Nos países industrializados, como resposta à destruição onde ela se manifestava de forma mais forte e como tomada de consciência de que algo já estava irremediavelmente comprometido, movimentos de proteção ambiental começaram a se mobilizar para questionar o modelo de sociedade industrial, bem como seus paradigmas econômicos e socioambientais que possuem um poder destrutivo da natureza.

Neste contexto, desde a década de 70, a educação ambiental tem evoluído e sido tratada como uma panaceia para os problemas ambientais produzidos pela sociedade industrial moderna. Conceitos foram desenvolvidos e aprimorados ao longo do tempo. No entanto, duas dimensões existem neste cenário com respeito à educação ambiental: uma conservadora e outra crítica.

A partir desta dualidade, a questão é saber qual perspectiva deve ser entendida como mais viável não só para a crise ambiental atual, mas também de fornecer as melhores condições para que superem-na e se tenha mais qualidade de vida. Em nossa compreensão, a concepção de educação ambiental crítica deve prevalecer, porque entendemos a crise ambiental como resultado do sistema inscrito na inerente lógica de reprodução da sociedade industrial moderna cujo modo de produção capitalista tem se revelado cada vez mais dominante. A questão permanente, porém, é saber se é possível, na lógica interna deste sistema, revitalizar os recursos naturais, preservá-los como quer o "discurso ecológico", sem que antes se reflita ou se tome consciência acerca dos paradigmas de produção e de consumo que fundamentam este modelo socioeconômico.

O tema educação ambiental em sua vertente crítica exige uma prática pedagógica trans e interdisciplinar em razão das próprias implicações teórico-metodológicas que lhe dão fundamento. O que se percebe, no entanto, é que as discussões e as reflexões a respeito da temática resumiram-se apenas no aspecto da necessidade e importância da educação ambiental, sem avançar numa análise mais aprofundada sobre as implicações teóricas e pedagógicas. E isso reflete na elaboração da legislação pertinente, com sua definição de objetivos e metas a serem alcançados, bem como diretamente na formação dos profissionais que lidarão com esta problemática em sala de aula.

Assim exposto, acredita-se que o a formação dos educadores ambientais na perspectiva da criticidade necessita de conhecimentos e subsídios teóricos que nortearão caminhos a todos os interessados nesta abordagem educativa ambiental para realizar suas atividades educacionais com eficiência.

2. Fundamentação teórica

2.1 Resgate Histórico da Educação Ambiental

A educação ambiental tem se tornado uma temática recorrente em um contexto global e brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, buscando maneiras diversas e experimentando muitas correntes para entender o "fenômeno ambiental".

Como podemos perceber, a educação ambiental não se caracteriza por possuir um arcabouço teórico e prática unitários, assim, devemos vislumbrá-la como unidade em uma miríade complexa de correntes e tendências que buscam dar destaque aos aspectos referentes à discussão ambiental contemporânea, ocupando espaços sociais próprios na disputa pela hegemonia.

No ano de 1962, a jornalista norte-americana Rachel Carson lança o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), que tem sido lembrado senão como um marco inicial, ao menos como um manifesto, que desencadeou um processo reflexivo em torno da questão ambiental. Este livro logo se torna um clássico na história do movimento ambientalista, ao promover uma intensa inquietação internacional sobre a perda de qualidade de vida. Utilizando uma linguagem direta e muito questionadora, a autora coloca-se diante das atrocidades que testemunhava e indagava incisivamente, conforme se lê:

[...]Por qual razão deveríamos nós tolerar uma dieta de venenos fracos, um lar em meio a arredores insípidos, um círculo de conhecidos que não sejam propriamente nossos inimigos, um barulho de motores com o alívio apenas suficiente para evitar a insanidade? Quem desejaria viver num mundo que apenas não chega a ser de todo fatal? (CARSON, 1962, p. 22).

Este sentimento de indignação e necessidade de repensar o modelo de vida na sociedade vigente e fortalecido ao longo do século XX, sob a égide de uma crença absoluta na capacidade tecnológica de resolver os problemas da humanidade foi o que marcou o livro de Rachel Carson (1962) e inspirou muitos ideais que subsidiaram o pensamento vindouro.

Na capital sueca, no ano de 1972, foi realizada uma conferência denominada “Conferência de Estocolmo” na qual 113 representantes de países participaram da Conferência da ONU sobre o ambiente humano. Esta conferência foi a primeira ação política internacional voltada para a questão ambiental e seu resultado foi a criação de um Plano de Ação Mundial cujo foco seria alertar a população mundial a preservar o meio ambiente por meio de um Programa de Educação Ambiental.

Como desdobramento da Conferência de Estocolmo, ocorreu em 1977, a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental que se realizou em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS). Coube a UNESCO organizá-la, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A Conferência de Tbilisi como foi consagrada, é o ponto alto da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, que teve início em 1975 pela UNESCO/PNUMA com a Carta de Belgrado, que traçou os princípios da educação ambiental: “Que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes visando a melhoria da qualidade ambiental e efetivamente a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras” (DIAS, 1994, p.60). A Conferência de Tbilisi consolidou-se como o marco mais importante do movimento de educação ambiental e propugnou aos países a implementação de programas de educação ambiental, com o intuito de “fomentar a

elaboração de comportamentos positivos de conduta e respeito ao meio ambiente e à utilização de seus recursos pelas Nações” (op. cit., 1994, p. 28).

A educação ambiental, no Brasil, fez-se tardiamente. Apesar do registro de projetos e programas pontuais desde os anos 1970, efetivamente, é em meados da década seguinte que esta começa a ganhar dimensões públicas de grande relevância, inclusive, com sua inclusão na Constituição Federal de 1988, que hoje é considerada uma constituição de vanguarda em relação à questão ambiental, onde contém um capítulo sobre Meio Ambiente e vários outros artigos afins. Em 1989 é instituída a Lei 7.735 que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com o objetivo de formular, coordenar e executar a política ambiental nacional do meio ambiente.

Em meados da década de 1990, em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO-92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992 e pelo alcance e urgência global, acerca da questão do meio ambiente, o governo federal, principalmente, através dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, criou alguns documentos e ações importantes: 1994 – Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA); 1995 – Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental (CONAMA); 1997 – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos quais a educação ambiental é contemplada como conteúdo transversal, interdisciplinar e significativo para a formação integral do ser humano; 1997 – 1ª Conferência de Educação Ambiental, em Brasília, onde foi produzido o documento “Carta de Brasília para a Educação Ambiental”; 1999 – criação da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, com explícita preocupação social e com a formação de uma

sociedade justa, democrática e sustentável, em cujo Decreto nº 4.281 de junho de 2002 foi regulamentada. O grande produto deste evento internacional foi a construção da Agenda 21 Brasileira que se constitui documento que

Permite definir e implementar políticas públicas com base em um planejamento participativo voltado para as prioridades do desenvolvimento sustentável. Integração e participação são palavras-chave na Agenda 21 sem as quais nos perdemos na retórica, nas intenções. No caso da Agenda 21 Brasileira sabemos que implementá-la é um desafio que implica uma série de mudanças nos padrões vigentes e nos hábitos culturais arraigados nos diferentes setores de nossa sociedade (BRASIL, 2004, p. 4).

A título de ilustração do quanto a relevância da educação ambiental não era, devidamente, reconhecida pelos órgãos oficiais, cabe lembrarmos o Relatório Nacional, parte integrante da programação da ONU para a Conferência de 1992 no Rio de Janeiro e que expressou a posição do País à época. O item relativo à educação ambiental apresentava uma fundamentação lógica apoiada em bases conceituais avançadas dentro do tema, porém, a boa articulação do discurso perdia-se pela falta de ênfase em pontos essenciais. O relatório governamental colocava rapidamente, e como um detalhe secundário, que um dos maiores problemas era o fato da educação ambiental nunca ter feito parte da área de Educação e sim como uma dimensão do Meio Ambiente.

Esta controvérsia jamais deveria ter sido encarada como um fato qualquer, como uma mera circunstância. Esta era a característica principal do problema, ou seja, a falta de compreensão da educação ambiental como processo educativo, fruto de um movimento histórico. O resultado

deste lapso era uma prática descontextualizada, voltada para a resolução de situações meramente físicas do ambiente, incapaz de refletir acerca das problemáticas sociais e fundamentos teóricos básicos da educação.

Pensando de acordo com Loureiro (2002), podemos perceber que na totalidade dos encontros internacionais, sem exceção, a dimensão cidadã (de promoção da inserção política individual na sociedade) e a dimensão ética (definição de valores e princípios que sejam democráticos e vistos como universais para um dado momento histórico) sempre se encontraram presentes e foram reforçadas nas constantes sinalizações à formação de novos códigos morais e de comportamentos concernentes com as concepções ecológicas de mundo. No entanto, apesar de o inegável valor político e macro orientador, o caráter generalista presente nos documentos conclusivos fez com que conceitos essenciais fossem apropriados, segundo interesses específicos, endossados pelo uso de categorias como participação e interdisciplinaridade, impossibilitando que uma análise rigorosa do que isso representa tenha sido efetuada. Este posicionamento está expresso em González-Gaudiano (apud SATO; CARVALHO, 2005, p. 125):

O momento em que surge a educação ambiental está marcado por todas estas disputas; por isso e pela necessidade de definir sua identidade frente a outros campos da educação, encontra no conceito de interdisciplinaridade um recurso muito conveniente, mas não se abre a um apropriado debate para lhe dar a especificidade requerida por um campo que se reconhecia como de convergência disciplinar de áreas em conflito epistemológico e socioprofissional: as ciências naturais e as ciências sociais.

2.2 Uma Crítica ao Crescimento (in)sustentável: Necessidade de uma Sociedade Sustentável

As questões concernentes à temática da sustentabilidade decorrem a partir da necessidade de se rever uma interação essencial à vida humana – a relação ser humano versus natureza – e fazendo isso a partir de fundamentações diferentes da herança do ideário iluminista que parte da ideia de que o crescimento econômico é sinônimo de progresso social. Esta crítica se faz observar de maneira contundente nas obras dos pensadores da Escola de Frankfurt, notadamente, Theodor Adorno e Max Horkheimer, em seu brilhante livro “Dialética do Esclarecimento”. Para eles, o Iluminismo (Esclarecimento) tem um projeto de sociedade que foi fadado ao fracasso, como podemos notar:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 17).

A concepção de modernidade, que foi construída sob os alicerces das ideias iluministas, e que tem na razão instrumental seu principal recurso de dominação sobre a natureza, colaborou decisivamente para a sociedade injusta e desigual que vivenciamos na atualidade. O projeto iluminista continha em seu bojo a semente do paradoxo visto que realizou primícias para alguns privilegiados e exclusão para a grande maioria. Santos (2000, p. 49), assim se expressa a este respeito:

Trata-se de um projeto contraditório, pois de um lado, a envergadura de suas propostas abre um vasto horizonte à inovação social e cultural e, por outro, a complexidade de seus elementos constitutivos torna praticamente impossível evitar que o cumprimento das promessas seja nuns casos excessivo e noutros insuficientes

O capitalismo sempre se caracterizou por ser um sistema que se reinventa de maneira muito dinâmica. Diante da crise que se estabeleceu ante o fracasso das premissas iluministas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, surgiu a ideia de sustentabilidade do modelo de Crescimento/Desenvolvimento Sustentável, inspirada no campo das ciências biológicas, sendo compreendida como a busca do prolongamento da durabilidade dos ecossistemas no tempo. Portanto, não devemos nos esquecer de que sustentabilidade é um termo da ecologia, que quer dizer tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios produtivos, à acumulação e expansão das forças de produção. Para que tenhamos uma noção mais ampliada do conceito de desenvolvimento, no viés econômico, citamos aqui as palavras de Almino (1993, p. 63):

[...] A noção de desenvolvimento apóia-se, em parte, na crença no progresso material contra a natureza. Desenvolver-se é, numa de suas dimensões, conseguir dominar a natureza para modificá-la; ser capaz de modificar as matérias primas, ou seja, os recursos que a natureza exhibe, em produtos para o consumo humano. (...) Num sentido absoluto, o desenvolvimento tem sido pensado como a realização das potencialidades dos recursos de um país e, num sentido relativo, tem sido assimilado à experiência histórica dos países industrializados sobretudo da Europa Ocidental e da América do Norte.

Ao nos depararmos com alguns estudiosos

críticos a esta ideia de desenvolvimento baseada na sustentabilidade como panaceia para a sociedade de nosso tempo, encontramos posicionamentos como o que se segue:

No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta [...] O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural (SACHS, 2008, p. 13).

O paradigma capitalista contemporâneo, que vem se fortalecendo firmemente desde o fim da década de 1960, tem suas bases erigidas, principalmente, nos avanços tecnológicos de ponta, na supervalorização do capital especulativo financeiro, no avanço das mídias de massa, no aumento da capacidade produtiva, na flexibilização dos modos de produção, de acumulação e das relações de trabalho e na globalização econômica. Assim, apesar de haver uma crise no processo de crescimento, o modo de produção capitalista, paradoxalmente, vem obtendo lucratividade, a longo dos últimos anos, de acordo com análise de Boltanski e Chiapello (2009, p.20):

Contrariando o recurso frequente ao tópico da "crise", regularmente invocado desde 1973, ainda que em contextos muito diferentes, consideramos que os últimos anos foram marcados por um capitalismo florescente. Durante esse período, o capital teve múltiplas oportunidades de investimento, com oferta de taxas de lucro frequentemente mais elevadas que em épocas anteriores.

O avanço da globalização torna ainda mais clara a relação indissociável entre as questões de cunho econômico, político, social e ambiental, de maneira que, refletir sobre expectativas de desenvolvimento na contemporaneidade provoca, invariavelmente, reflexões que analisem o cerne do desenvolvimento sob a ótica multifacetada dos compostos que o perpassam, bem como sob a visão dos variados sujeitos sociais nele implicados.

Até recentemente, o planeta era um grande mundo no qual as atividades humanas e seus efeitos estavam nitidamente confinados em nações setores (energia, agricultura, comércio) e amplas áreas de interesse (ambiental, econômico, social). Esses compartimentos começaram a se diluir. Isto se aplica em particular às várias "crises" globais que preocuparam a todos, sobretudo nos últimos 10 anos. Não são crises isoladas: uma crise ambiental, uma crise do desenvolvimento, uma crise energética. São uma só (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.04-05).

Dessa forma, o direcionamento proporcionado ao crescimento econômico na atualidade acaba por se mostrar insustentável. O desajuste gerado entre a utilização e a preservação dos recursos naturais à disposição em nosso ecossistema mundial gera um profundo desequilíbrio na relação ser humano/natureza e esse tipo de "desenvolvimento" econômico fundamentado na degeneração dos recursos naturais reflete em problemas socioambientais de grandes proporções.

Outro aspecto sujeito à crítica é a tendência economicista do conceito de sustentabilidade, que superdimensiona o aspecto econômico do desenvolvimento em detrimento de suas nuances ética, cultural, social e política, embora, teoricamente, privilegie uma perspectiva

pluridimensional. Os ambientalistas se queixam de que o conceito de desenvolvimento sustentável, por eles preconizado, estaria sendo distorcido e reutilizado como uma estratégia de expansão do mercado e do lucro, quando, na verdade, implica em mudanças essenciais no *modus operandi* da estrutura produtiva e de consumo, em uma nova ética atitudinal e no resgate dos interesses sociais coletivos. É o que defende a visão de Veiga (2008, p. 9-10) ao relatar que

o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto. Este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender de sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável. A rigor, a adjetivação deveria se desdobrar em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo.

Crescer significa aumentar a exploração em níveis além do que já exploramos. Se vamos aumentar precisamos de mais recursos. Por isto questionamos se o desenvolvimento sustentável é compatível com o crescimento, uma vez que o maior crescimento populacional decorre em maior demanda por produtos industriais, ou seja, crescimento, e isto é o cerne da crise. Deve-se levar em consideração que o discurso empresarial incorporou os conceitos ambientais e se apropriou ideologicamente destes, interpretando-os à luz de suas necessidades mercadológicas.

As evidências de que nos deparamos com um processo de apropriação ideológica são inumeráveis. Sugere-se, de acordo com inúmeros autores, inclusive aqueles que se intitulam empresários verdes, que, no final das contas, trata-se apenas da racionalidade econômica operando, envolta sob uma nova aparência. Vislumbram-se, hoje, simplesmente, oportunidades de negócio diante desta nova variável no mercado – a ecologia. Não seria a consciência ecológica, mas a consciência econômica que teria levado o empresário a adjetivar-se de verde e a criar o ambientalismo empresarial como a mais recente vertente do movimento ecológico. Se assim não o fosse, não se poderia atualmente dizer que a questão ambiental seja uma oportunidade de negócios, mas sim uma ameaça ao empresário (LAYRARGUES, 1998, p. 57).

É justamente em meio a esse cenário que se faz mister o engajamento de componentes do poder público, da iniciativa privada e, também, do terceiro setor (sociedade civil) no debate, proposição e implementação de formas alternativas de desenvolvimento, ou seja, modelos pautados na ideia de sustentabilidade da própria vida.

Sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores num dado ecossistema [...] O conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida [...] (CAVALCANTI; 1995, p. 165).

Vê-se, então, que construir modelos de desenvolvimento que respeitem as limitações naturais presentes no meio ambiente, assim como as demandas da humanidade como um todo, e não apenas de ínfimas parcelas de “indivíduos

privilegiados”, vai muito além do simples progresso econômico e se fundamenta na urgência de que se construam relações sociais éticas que primem pela interlocução dos diversos atores sociais, ou seja, decorre de uma necessidade de evolução do conceito, a fim de alcançarmos uma sociedade sustentável que proporcione a plena realização dos seres humanos em todas as suas dimensões.

Em meio à dinâmica acima citada, apresenta-se com altíssimo grau de inviabilidade cogitar-se o desenvolvimento sustentável como um empreendimento global único, até porque aceitar o modo de desenvolvimento dos países considerados já desenvolvidos, como paradigma a ser seguido, acabaria por reafirmar a concepção ideológica de que crescimento industrial e econômico gera, necessariamente, melhorias na qualidade de vida da população como um todo.

2.3 Formação de Professores na Perspectiva da Educação Ambiental Crítica

A educação ambiental crítica encerra em seu bojo uma cidadania ambiental, com foco nas ações participativas, democráticas, interdisciplinares e sustentáveis para os dias de nossos tempos. A concepção crítica é uma das perspectivas político-pedagógicas que diverge da prática educativa tradicional e conservadora, reducionista da complexidade que forma a realidade. É o que podemos constatar nas palavras a seguir:

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o

ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política (GUIMARÃES, 2000, p.17).

O fazer da educação ambiental crítica está intrinsecamente relacionado à visão de Paulo Freire acerca do papel da educação como elemento transformador da realidade, conforme podemos observar em suas próprias palavras “quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade” (FREIRE, 1992, p. 103).

O rompimento da visão educacional meramente conservadora, no âmbito da educação ambiental de postura crítica, faz-se urgente e necessário sob pena de não alcançar um conhecimento relativo aos reais problemas ambientais que enfrentamos, que vão muito além do campo biológico/ecológico. Como muito bem frisa Brügger (2005, p.83):

O surgimento de uma educação ambiental pressupõe o reconhecimento de que a educação tradicional não tem sido ambiental. Conseqüentemente, o “ambiental” deveria ser parte intrínseca da educação como um todo e não modalidade ou uma de suas dimensões, pois nessa visão reaparece a reificação da questão ambiental e conseqüentemente da própria educação. A compartimentalização do “ambiental”, ou a inserção de uma “dimensão ambiental”, inevitavelmente confinam o conceito de meio ambiente a uma perspectiva instrumental e o elenco de “problemas ambientais” se reduz à poluição, escassez de recursos naturais, diminuição da biodiversidade, etc. A educação

ambiental vista dessa forma não ultrapassa as fronteiras da velha educação conservacionista e não faz jus portanto ao adjetivo a que se propõe.

A perspectiva crítica traz, portanto, uma insatisfação ao tratamento reducionista dado à educação ambiental. Ela promove uma crítica à razão moderna e rejeita o antropocentrismo. Por meio de ambientes educativos, busca transcender os paradigmas hegemônicos e intervir nos problemas socioambientais para a transformação da sociedade. Outrossim, propõe uma resignificação de todo o ambiente educacional: processo de ensino e aprendizagem, metodologias, princípios epistemológicos, cognitivos e paradigmáticos, currículo, relacionamentos e organizações com a comunidade escolar.

É necessário que se vá além da visão conservadora que pauta a educação ambiental na perspectiva do comportamento individual em detrimento da coletividade. Para a visão conservadora, o importante é encontrar uma maneira de mudar as atitudes e comportamentos individuais e o papel do educador seria Garantir a reflexão dos alunos acerca dos temas relacionados ao ambiente. O tom dessas afirmações revela uma ideia de pedagogia em que a “sensibilidade para a percepção dos problemas ambientais” está muito presente, privilegiando a dimensão subjetiva do processo educativo (TOZONI-REIS, 2004, p. 71).

Reforçando a crítica a uma concepção conservadora de educação ambiental, denominada por Grün (2007, p. 56-57) de “redundante”, encontramos sua contribuição reflexiva:

Tais situações, em se tratando de educação ambiental, tomam a forma de uma pedagogia

redundante, ou seja, uma pedagogia que não tem dinamismo compreensivo. Em certo sentido, um discurso ambientalista pautado pela pedagogia redundante e um discurso que nega aquilo que ele próprio pretende afirmar. E como se nossa linguagem estivesse irremediavelmente aprisionada na mecânica clássica.

Este paradigma deve ser superado e buscarmos na formação de educadores ambientais uma postura de reflexão crítica que permita práticas transformadoras e criativas, cujo resultado seja a construção de uma nova sociedade – ecológica, democrática, responsável, igualitária e sustentável – que tem sido almejada e está no foco de discussões e debates.

De acordo com Guimarães (2007, p. 140), o educador ambiental crítico:

Se volta para a transformação da sociedade, de seus paradigmas, valores e hábitos, além das atitudes, por perceber que novas atitudes, como as que se posicionam criticamente sobre os valores estabelecidos, interagem na formação de novos hábitos que refletem reciprocamente novos valores.

Além disso, o supracitado autor compreende que existem características inerentes às práticas dos educadores ambientais: são líderes; exercem sua cidadania e promovem o exercício da cidadania de outros; e, ainda, estimulam o processo de transformação social. Para efetivar estas características supracitadas, os educadores ambientais devem buscar a contextualização para que possam intervir sobre a realidade, acreditando nas possibilidades da educação ambiental crítica como instrumento para a construção de uma sociedade fraterna e sustentável.

A formação em educação ambiental na vertente crítica não deve ser apenas em sua condição inicial. Segundo Molon (2009), a formação deve ser continuada e não deve ser realizada apenas por treinamentos, capacitações, cursos ou palestras de curta duração. Para ela, a formação é processual, iniciando-se, em geral, nos cursos de licenciatura e tornando-se mais fortalecida, à medida que os estudos e comprometimentos avançam. Para a autora, o educador é um ser em processo de construção de sua identidade profissional e, assim, deve ser visto como uma unidade na multiplicidade, contraditória e mutável, possibilitando assim, transcender a visão fragmentada da realidade social e da concepção do ser humano como acabado e imutável. Segundo a autora:

O educador ambiental pode contribuir para o debate e a transformação dos padrões de uso e distribuição dos bens ambientais, buscando formas mais sustentáveis, justas e solidárias nas relações sociais e nas relações com o meio ambiente, já que sua atuação tem uma dimensão política e educativa nas lutas pelo direito aos bens ambientais e à qualidade de vida (MOLON, 2009, p. 166).

Outro aspecto importante à formação de professores em educação ambiental crítica diz respeito à questão do abandono das emoções, dos sentidos e dos sentimentos por parte de uma concepção que se fundamenta na racionalidade humana e nas ciências, sob a alegação de serem mera subjetividade e de menor nobreza do que a razão. Na perspectiva de novas metodologias de ensino, passa-se então a considerar que estes atributos, que estão profundamente arraigados no cotidiano e que estabelecem as relações com o meio externo e com os demais seres humanos, podem ser favoráveis quanto ao que está sendo ensinado e quanto à própria relação com a natureza, tornando-a mais harmoniosa e saudável.

Esta visão considera educadores e educandos como indivíduos complexos, e que ensinar e aprender depende tanto do raciocínio lógico quanto dos elementos subjetivos. Esta perspectiva encontra-se irremediavelmente conectada à concepção de educação ambiental preconizada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, que em seu art. 1º define por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2003 p. 30).

Alguns trabalhos vislumbram a valorização de atividades simples como as aulas de campo que despertam valores e posturas com relação à natureza. No entanto, estas práticas de sensibilização devem estar alinhadas ao desenvolvimento dos conteúdos necessários e pertinentes à educação ambiental, ou seja, devem estar associadas a uma concepção curricular que compreenda as transformações que vivenciamos, conforme Aquino (2010, p. 177):

[...] as transformações aceleradas da sociedade se refletem no cotidiano da escola, exigindo, também, mudanças para as organizações, compatíveis com as demandas de cada comunidade. Dentre as prioridades, a formação de um novo perfil profissional, cuja capacidade permita a compreensão e interpretação dos contextos histórico, social, cultural e político integrante às relações ambientais, exigindo uma nova concepção de currículo para formação de professores.

Existe uma óbvia impossibilidade em se abordar as questões ambientais por meio de recortes e

olhares reducionistas. Portanto, a transdisciplinaridade é uma das formas encontradas pela educação ambiental para superar a fragmentação dos conhecimentos, através de práticas educativas formais e não-formais. De acordo com Oliveira (2005, p. 336), os princípios da transversalidade:

Buscam superar o conceito de disciplina através da intercomunicação entre as disciplinas, tratando de um tema/objetivo/problema comum (transversal). Esta é mais uma razão para defender que as temáticas transversais como a ambiental não sejam trabalhadas por uma nova disciplina, mas através de projetos, capazes de promover a confluência de conhecimentos e saberes diversos para a emergência de um olhar mais holístico das realidades consideradas e da construção coletiva e cooperativa de soluções para os problemas vividos.

Assim, formação de professores na perspectiva de uma educação ambiental crítica é promover o domínio de conteúdos e metodologias que promovam condições de uma releitura das práticas socioambientais defasadas e desconectadas com os reais problemas que afligem a humanidade em todas as suas dimensões.

3. Conclusão

A sociedade atual (pós-moderna) necessita mudar seus padrões de consumo, ressignificar os relacionamentos entre os seres humanos e a natureza. A superação deste imbróglho ambiental está na construção de uma sociedade sustentável. O pensamento deve ser investir na formação dos educadores ambientais como instrumentos de mobilização de novas ações, condutas e comportamentos através da educação ambiental

crítica. Estes educadores devem experimentar, primeiramente, desfazer-se das “amarras” que os prendem a posturas não condizentes com ações críticas, emancipatórias, participativas, para internalizarem o espírito de transformação de seu ser.

A reflexão sobre a realidade e os caminhos de formação dos educadores ambientais indica que há trilhas usualmente percorridas, e que levam a uma formação que pode gerar mudanças de pensamentos e atitudes, embora nem tudo o que lhes sejam ofertados corresponda às necessidades para um novo modelo de sociedade.

Os educadores são aqueles engajados nas questões ambientais, que refletem sobre suas vidas, suas atitudes e hábitos, suas relações com a natureza e consigo próprios. Acredita-se que os processos de sensibilização com foco num conhecimento contextualizado favoreçam o despertar e o engajamento nas questões ambientais tanto por parte dos educadores quanto dos estudantes.

A compreensão crítica e reflexiva do contexto em que vivemos é a postura que se espera dos educadores do presente. É esta condição que levará a caminhos de possíveis mudanças, pois, a partir dela, busca-se o novo. Parece utopia, mas o que se tem são a esperança e a ousadia de querer enfrentar os desafios da atualidade com conhecimento e determinação, buscando e colocando em prática ações possíveis para que haja a transformação da sociedade atual.

4. Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Tradução de: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ALMINO, João. Naturezas mortas: a filosofia política do ecologismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

AQUINO, M.S. A Formação do Professor para a Educação Ambiental: A Prática da Pesquisa como Eixo Norteador. In: Cabral Neto, A; Macedo Filho, F.D. (Orgs.) Educação Ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

BOLTANSKI, Luc.; CHIAVELLO, Éve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental-PRONEA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação, 2003.

_____. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. 2ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRÜGGER, Paula. Educação ou Adestramento Ambiental? 3ª ed. Florianópolis SC: Letras Contemporâneas, 2005.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. Tradução: Raul de Polillo. 2ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In CAVALCANTI, Clovis (org.) Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Tradução de: Our Common Future. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 3ª ed. São Paulo: Gaia, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 11ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2007.

GUIMARÃES, M. *Educação ambiental: no consenso um debate?* Campinas, Papirus, 2000.

_____. *A formação de educadores ambientais*. 4ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LOUREIRO, C. F. B. *Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária*. In: Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. de. *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLON, S.I. *As contribuições de Vygotsky na formação de educadores ambientais*. In: Loureiro, C.F.B.;

Layrargues, P.P.; Castro, R.S. *Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. *Transdisciplinaridade*. In: Ferraro Junior. Luiz Antonio (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura Carvalho (org.). *Educação Ambiental*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação Ambiental: natureza, razão e história*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças sociopolíticas transnacionais*. In BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.